

JUSTIÇA

Produtividade em alta

Seções de Direito Criminal, Privado e Público reduzem acervo de processos

Teletrabalho é implantado no TJSP

EPM e EJUS presentes no Interior do Estado

Como funciona o serviço psicossocial

10 anos da unificação com Tribunais de Alçada

Editorial

Um caminho sem violência

3

Capa

A efetivação de uma Justiça mais produtiva

4

Acontece

Escolas do Tribunal vão ao Interior

9

Iniciativas buscam efetivar o aperfeiçoamento funcional de magistrados e servidores

São Paulo finaliza concurso para o extrajudicial

14

Inovação

Trabalho a distância vira realidade no TJ

16

Teletrabalho foi implantado em definitivo na Capital

Como funciona

Por uma Justiça com a cuca legal

18

Serviço psicossocial clínico completa 20 anos de existência

Gente

Trinta anos depois...

21

Em março de 1985, 95 jovens ingressavam na Magistratura, muitos continuam na ativa

Boas Práticas

Fórum da Barra Funda colabora com reintegração social de presas

26

Memória

Unificação com Tribunais de Alçada completa 10 anos

28

Na última década, Tribunal de Justiça duplicou produtividade

TJSP lança projeto voltado para sustentabilidade

31

Doze fóruns participam de competição que visa economia de recursos

Leitura Jurídica

32

Bem-estar

33

Cultura

70 anos de Nações Unidas

34

Em 1945, foi assinada a Carta de São Francisco, documento que estabeleceu a ONU

Patronos

37

Imagens

38

Um caminho sem violência

Os conflitos são ínsitos à convivência humana. Desde a pré-História, a vontade de um homem sobrepor-se ao outro, dominá-lo, fazê-lo submeter-se à sua vontade é expressão do lado instintivo da criatura que se arroga pertencer à única espécie racional.

Se isso aconteceu no decorrer de toda a trajetória humana sobre este sofrido planeta, não é diferente neste século 21. Quem aguardava o século do ócio, o lazer institucionalizado, pois a tecnologia nos permitiria trabalhar menos e fruir as benesses existenciais, se desiludiu. Nunca se trabalhou tanto nem deixaram de acontecer lastimáveis episódios de explícita desumanidade. Em todos os espaços, em todas as dimensões.

Lutas fratricidas continuam a ocorrer. O fundamentalismo seduz uma juventude sem perspectivas saudáveis. À falta de crença em dias melhores, prenhes de oportunidades para a promessa de um estágio civilizatório superior ao atual, o moço, precocemente desiludido, opta pelo caminho transgressor. Quando não, mergulha na autodestruição das drogas.

A educação converteu-se em adestramento para a competitividade. À falta de humanismo adiciona-se uma formação egoística e superficial. É suficiente adquirir treinamento técnico, a profundidade resultante de assimilação do conhecimento e consequente reflexão foi descartada. Aulas prelecionadas ministradas para coletivos heterogêneos são tão desinteressantes que o horário a elas reservado é preenchido pelas rodas nos bares. As adjacências das universidades foram convertidas em guetos para consumo de álcool e outras drogas virtualmente proibidas.

Aboliram-se a polidez, a cordialidade, a boa educação de berço. A disciplina traumatiza e o lar deixou de assumir o treino social da prole. Até com escusas compreensíveis por alguns que não perderam a capacidade de questionar se o abandono de tais ensinamentos é correto: "Não vou criar meu filho como uma ilha, num oceano de insensatez! Para sobreviver ele deve saber reagir à violência escancarada e prestigiada!". Violência física, mas também

violência moral, da insensibilidade, da indiferença, da invisibilidade a que condenamos aquilo que um dia se chamou "próximo" ou "semelhante".

A egolatria produziu um efeito facilmente constatável. O sistema de Justiça foi o alvo da busca desenfreada por direitos e interesses. A era de abundância dos direitos não tem sua correspondente preocupação com deveres, obrigações e responsabilidades. Todos só têm direitos. Invoca-se a profecia de Norberto Bobbio: "A Era dos Direitos". E haja equipamento judicial para atender aos mais de 100 milhões de processos numa nação de pouco mais de 200 milhões de habitantes.

O enfrentamento desse invencível número de ações judiciais implicaria, na visão tradicional, a multiplicação das estruturas materiais e pessoais. Algo de impossível concretização num momento em que a queda de arrecadação evidencia a recessão, a estagnação e a incrível consecução de um PIB negativo.

A criatividade impõe a adoção de alternativas. A busca de negociação, rumo à difícil obtenção da paz, num ambiente de verdadeira guerra de interesses. Não é dos mais convincentes o discurso da ética. A decisão judicial é sempre heterônoma à vontade das partes, uma invasão do Estado-juiz na intimidade dos envolvidos numa pugna jurídica. Já a composição consensual das controvérsias representa um protagonismo autônomo: as partes atuam, dialogam, entendem a posição do outro. Ao alcançarem um acordo, este é superiormente ético à decisão judicial. Com o acréscimo de que esta põe fim à demanda, nem sempre ao conflito.

Alguns nichos de discórdia merecem especial atenção. Recrudescem as pendências entre detentores do direito à moradia, convertido em bem fundamental, e os titulares dominiais, os proprietários. O episódio conhecido como "Pinheirinho" obteve repercussão internacional e evidenciou aos admiradores de um dos membros do Brics a situação ainda primitiva do equipamento estatal encarregado de solucionar conflitos.

Foi pensando nisso que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) formou um grupo de apoio para

auxiliar os interessados nas reintegrações e em outros procedimentos fundiários, que possam resultar em nefasta violência e em acirramento de ânimos entre ideologias bem consolidadas.

É uma tentativa de encontrar um caminho sem violência para questões nevrálgicas, sitiadas por antagonismos nem sempre conciliáveis. E isso se faz sem nenhuma interferência na inviolável consciência do juiz que tem a atribuição de decidir. Apenas quando ele solicita o apoio desse grupo heterogêneo e interdisciplinar é que a equipe atua. E atua de que maneira? Estabelecendo diálogo, promovendo reuniões, permitindo a argumentação, o exercício da persuasão, tudo o que ainda não existe na Justiça convencional, mas é o rumo inevitável de um novo Judiciário, atento às necessidades da Nação.

Mas não é fácil evidenciar que o Judiciário existe para solucionar problemas, não para torná-los ainda mais graves. Há quem sustente que propiciar um momento de reflexão antes do cumprimento inflexível da ordem judicial de desocupação de uma área, com risco de morte para famílias, crianças e líderes de movimentos populares, é lesivo à independência judicial.

Há um longo caminho a ser percorrido até que todo o universo jurídico, fruto de uma formação tradicional e conservadora, compreenda que o mundo mudou. A Justiça é equipamento estatal destinado a reduzir aflições, sofrimentos, pesares e angústias. Não é apenas expressão da soberania estatal, mas também serviço público. Sustentado pelo povo. Tem singular missão a cumprir num Estado-nação de tanta injustiça e desigualdade. E o juiz foi exortado a observar também o consequencialismo, artigo 25 do Código de Ética da Magistratura Nacional editado pelo CNJ.

Até que se assimile a nova consciência ética da magistratura, e de todas as demais carreiras jurídicas, ainda assistiremos a muita violência perpetrada sob os auspícios da lei.

JOSÉ RENATO NALINI
Presidente do TJSP

A efetivação de uma

...Justiça ma



Artur Marques da Silva



Geraldo Francisco Pinheiro Franco

A principal marca das atuais gestões das Seções de Direito Criminal, Privado e Público do TJSP é o aumento da produtividade, orgulham-se seus presidentes. Ao se observar os números, constata-se, de fato, que essa maior eficiência alcançada

reduziu consideravelmente o acervo de processos na maior Corte do país.

Segundo o desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, presidente da Seção de Direito Criminal, houve, em 2014, aumento real de 7% de produtividade em relação ao ano anterior. Na Seção

is produtiva



Francisco Pinheiro Franco



Ricardo Mair Anafe

que possui o maior acervo do Tribunal, foram julgados mais de 180 mil recursos e ações originárias. "Isto ocorreu graças ao comprometimento e à disposição dos magistrados, preocupados em julgar de forma célere, dando especial ênfase às ações penais que envolvem réus presos",

afirma Pinheiro Franco. A implantação de quatro Câmaras Extraordinárias, ainda em 2013, também contribuiu para esses números, conta o desembargador. "Com a implantação de mais duas Câmaras, agora em 2015, a tendência é que a produtividade aumente ainda mais."

Condicionadas a um período de funcionamento determinado, as Câmaras Extraordinárias também colaboraram com esse resultado, na Seção de Direito Público, informa seu presidente, o desembargador Ricardo Mair Anafe. Na sua gestão foram criadas, inicialmente, três. Em um segundo momento, mais quatro e, posteriormente, mais cinco, todas com prazo fixo de duração. Contudo, ele acredita que o principal fator que resultou no dinamismo apresentado foi o esforço de todos os desembargadores e juízes que atuam na Seção, o que possibilitou uma prestação jurisdicional mais rápida e a diminuição do acervo médio – houve redução para um número inferior à metade do que havia no início da gestão.

Na Seção de Direito Privado, 46 mil recursos aguardavam apreciação de admissibilidade, em 1º de janeiro de 2014. Hoje, restam somente 7.300, mesmo com os mais de 90 mil novos processos que entraram durante o período. O desembargador Artur Marques da Silva explica o excelente resultado: “Tão logo fui eleito, escolhi para minha assessoria juízes experientes e especializados nas diversas áreas do direito privado, que somaram forças aos servidores experimentados que já tínhamos. A equipe goza da minha mais absoluta confiança e todos compartilham meu comprometimento com as questões da Justiça, sobretudo a agilidade no exercício das funções.”

Ele também concorda que a criação de Câmaras Extraordinárias contribuiu para atingir a meta de julgar 80% de todos os processos que entraram na Seção de Direito Privado até o final de 2011. Em 2015, a meta recai sobre os processos que entraram em 2012. “Ela também será alcançada”, diz Marques da Silva.

Pinheiro Franco lembra que outro aspecto tem agilizado muito a instrução das ações penais: a gravação e filmagem de depoimentos nas varas criminais. Segundo ele, isso garante precisão em seus conteúdos, além de significar mais celeridade no processo. Porém, acima de

tudo, enfatiza o comprometimento demonstrado pelos juízes de 1º grau, seguido pelos magistrados da 2ª instância, ao julgar ações de forma rápida, mesmo com dificuldades enfrentadas diante da falta de pessoal e do volume de processos. “Hoje, em 2º grau, estamos julgando processos do acervo do ano de 2014, além de muitos recursos distribuídos agora em 2015. O empenho de todos mostra que o Sistema de Justiça Penal caminha bem, embora existam muitas dificuldades, evidentemente.”

“A informatização é de importância ímpar, pois realmente agilizou a tramitação dos processos. Porém, não podemos esquecer a importância do fator humano. A figura do escrevente é de absoluta relevância. (Geraldo Francisco Pinheiro Franco)

Ricardo Anafe orgulha-se ao apresentar números que impressionam. Em relação aos recursos especiais e extraordinários havia, no início de sua gestão, um *delay* – sem responsabilidade das gestões anteriores – de dois anos entre a interposição do recurso até sua apreciação. Hoje, esse período é de 45 dias. “Até julho, iremos zerar a fila. Em seguida, implantaremos força-tarefa em todos os cartórios de grupo, para acabarmos com os eventuais atrasos e pequenos equívocos. O objetivo, ao final da gestão, é encerrar com a Seção de Direito Público absolutamente em dia.”

A Seção de Direito Público respondeu com dinamismo ao crescimento da entrada de autos (8,3% entre janeiro/14 e janeiro/15). Segundo Ricardo Anafe, graças também à digitalização, que conferiu velocidade ao trâmite dos processos. “Todas as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram cumpridas. Mais do que isso, neste ano, iremos atingir a meta que o CNJ estabelece para o ano que vem, ou seja, iremos liquidar todos os processos anteriores a 2013. Dou os parabéns a todos os desembargadores, juízes e funcionários. Ressalto que esse

aumento de produtividade não resultou em diminuição da qualidade de cada voto proferido. Conjugou-se quantidade com qualidade. É uma satisfação imensa presidir essa Seção, com colegas excelentes e funcionários igualmente dedicados.”

Segundo Marques da Silva, um ponto chave para maior celeridade da Justiça, em sua gestão, foi a implantação do sistema virtual de julgamentos e a presença mais forte do processo judicial eletrônico. “A divulgação dos recursos repetitivos e de repercussão geral também auxiliou no caminho de uma solução jurisprudencial objetiva e rápida.”

Para Pinheiro Franco, de fato a informatização tem participação na melhora dos números. “Ela é de importância ímpar, pois realmente agilizou a tramitação dos processos. Porém, não podemos esquecer a importância do fator humano no trato da questão. Devemos ter em mente que a figura do escrevente é de absoluta relevância. De nada adianta termos um processo informatizado, perfeito, se não tivermos na retaguarda funcionários e magistrados treinados para movimentar o sistema. A informática não pode implicar na redução de pessoal. Precisamos de gente qualificada no Tribunal. Sofremos, ainda, a falta considerável de escreventes e juízes.”

Marques da Silva conta que muitos têm a impressão de que o presidente da Seção de Direito Privado desempenhe atividade meramente burocrática. Isso está longe de ser correto, porque ele possui funções jurisdicionais e administrativas. O presidente integra o Conselho Superior da Magistratura, a Câmara Especial, a Câmara Especial de Presidentes e a Comissão de Organização Judiciária. No plano administrativo, é o presidente quem deve coordenar a distribuição e analisar todos os incidentes que surgem, em especial a concessão do efeito suspensivo ao recurso extraordinário e ao recurso especial. Ademais, deve organizar todos os serviços internos da Seção. Marques

da Silva ainda preside, atualmente, a 12ª Câmara Extraordinária.

Em reunião no início de sua gestão, ele estabeleceu metas para o decorrer do período. “O primeiro problema a ser enfrentado foi a locação de um local para desocupar parte do prédio do Pátio do Colégio, que seria submetido à restauração. Havia a opção de um prédio no bairro dos Jardins, que acomodaria todo o contingente da Seção de Direito Privado. Contudo, o valor do aluguel era alto e, por essa razão, optamos pela locação de um prédio na Rua Conselheiro Furtado, no centro”.

Outro problema foi viabilizar a redução do prazo de tramitação dos processos que aguardavam decisão para subir aos tribunais superiores. Segundo Marques da Silva, após trabalho muito bem coordenado pelos juízes assessores, com o auxílio do juiz Durval Augusto de Rezende Filho, da Corregedoria, o processamento ganhou velocidade e hoje esse prazo está em 30 dias.

O futuro

Pinheiro Franco vê o Poder Judiciário como detentor de um papel primordial na sociedade. “Em última análise, é no Judiciário que o cidadão assegura seus direitos, seja em face do Estado, seja em face do cidadão. Hoje há uma máxima afirmando que a Justiça salva, diariamente, tantas vidas quanto salvam os médicos, tendo em vista decisões concedidas em pedidos buscando remédios, insumos, equipamentos ou cirurgias. Contudo, é preciso que a sociedade entenda que nem todas as soluções estão no Judiciário. Talvez a maioria delas não esteja aqui. Os conflitos também podem – e devem – ser resolvidos diretamente pelo cidadão, mediante o emprego das ferramentas de conciliação.”

Para Pinheiro Franco, o Poder Judiciário vive um claro protagonismo positivo na sociedade, notadamente após a promulgação da Constituição de 88, quando se viu impelido a adotar posturas claras em defesa dos direitos do cidadão. “Uns indicam haver excesso nesse

protagonismo. Mas o Judiciário deve dar respostas quando procurado. E só age nessa circunstância.”

“A demanda cada vez maior pelo Judiciário obrigará a um permanente aperfeiçoamento dos sistemas informatizados e das rotinas burocráticas, além de uma constante atualização deste conhecimento por parte dos atores que atuam no Judiciário.”
(Artur Marques da Silva)

O Judiciário terá que intensificar mecanismos ainda mais céleres, para garantir o prazo razoável da duração de um processo, acredita Marques da Silva. “Há uma tendência de judicialização da vida social. Por essa razão, o futuro da Justiça depende, basicamente, da informatização. A demanda cada vez maior pelo Judiciário obrigará a um permanente aperfeiçoamento dos sistemas informatizados e das rotinas burocráticas, além de uma constante atualização deste conhecimento por parte dos atores que atuam no Judiciário.”

Para ele, é fundamental o aperfeiçoamento de métodos de gestão para lidar com o aumento da litigiosidade. “A demora do Judiciário gera insegurança econômica e causa danos irreparáveis, pois a solução jurídica segura é aquela que permite às partes poderem planejar o futuro de suas vidas ou de seus negócios. A maior eficiência do Judiciário na solução dos conflitos garantirá a efetivação de sua função primordial que é a de garantir a paz social.”

Marques da Silva é favorável à revisão do sistema recursal. “Hoje, ele é um verdadeiro cipóal, que permite a postergação indefinida dos processos. De outro lado, a proliferação de tribunais tem um alto custo para o Estado. A resolução disso passa pela atividade legislativa e por iniciativas do Supremo Tribunal Federal.”

Segundo ele, a população passou a buscar a efetivação de certos direitos, com a chamada abertura democrática. Essa procura, somada aos avanços tecnológicos e as rápidas mudanças ocorridas na

estrutura da sociedade levaram o Judiciário a atuar onde existe vácuo legislativo, no intuito de estabelecer segurança jurídica. “Este dinamismo judicial também se faz necessário para assegurar o equilíbrio social e para que as decisões jurídicas não sejam uma caixa de surpresas. A sociedade reclama por ‘decisões iguais em casos iguais’.”

Ricardo Anafe acredita que a tendência do Judiciário paulista é se assentar cada vez mais. “Iremos retomar eras passadas em que havia uma maior estabilidade dentro do Poder Judiciário, e repassar isso ao jurisdicionado. Tenho fé de que isso se expressará na boa produtividade de decisões, que primarão pela qualidade, sem prescindir da gramática, da lógica e da retórica.”

Para ele, o desafio é manter a qualidade, mesmo com a sobrecarga de trabalho do Judiciário. Lembra que apenas 5% dos recursos especiais e extraordinários sobem à instância superior. “O grande volume da ‘coisa julgada’ se dá no Tribunal. Por isso, a enorme preocupação na qualidade das decisões. O jurisdicionado merece isso de nós. A satisfação real do juiz é proferir uma sentença boa, um acórdão de qualidade, resolver um conflito.”

Na sua opinião, é necessário que se dê prioridade ao projeto de lei que cria novos cargos de juízes substitutos em segundo grau. “O Tribunal chegou a um ponto muito perigoso, pois está exaurindo suas forças. Hoje todos trabalham no seu limite. A sobrecarga é muito grande. Ingressei no Judiciário há trinta anos. Nesse período, o número de cargos de desembargadores aumentou somente em 18. O que fez diferença foram os cargos de juízes substitutos em segundo grau. Também é necessário melhorar as estruturas do primeiro e do segundo grau, promover aumento de servidores e melhorar o processo eletrônico, para torná-lo mais funcional.”

Considera que se deve manter harmonia entre as duas instâncias do Judiciário paulista e que a grande porta da Magistratura é a primeira instância. “Noventa por cento da

imagem do Judiciário decorre da atuação do juiz de primeiro grau. Ele tem que ter respaldo e estrutura para atuar. O Tribunal tem se preocupado com isso, mas é uma coisa que deve ser fomentada constantemente.”

“A súmula vinculante é perfeita sob muitos aspectos, sobretudo para um país onde existe tanta divergência de interpretação da lei. Mas, o Judiciário também deve ter os seus limites de atuação.”
(Ricardo Mair Anafe)

Sobre o equilíbrio entre os três Poderes, Anafe pensa que, mesmo após a Constituição de 88, ele ainda não existe, pois o Judiciário não possui autonomia financeira, de fato. “O Tribunal, mesmo diante de suas realizações e responsabilidades, depende, ano a ano, da boa vontade do Poder Executivo. O Poder Judiciário deve garantir o Estado democrático com segurança e estabilidade.”

Entende que existe um volume muito grande de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF e pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, acima do desejável, pois “ali é a cúpula do Poder Judiciário. Os Tribunais estaduais deveriam ter mais autonomia, até para preservar o caráter federativo do sistema político institucional.”

Acredita que o atual protagonismo do Judiciário é circunstancial e se deve a decisões tomadas pelo STF, por força da possibilidade constitucional de produção das súmulas vinculantes de repercussão geral e, no STJ, dos recursos repetitivos. “Em termos teóricos, a súmula vinculante é perfeita sob muitos aspectos, sobretudo para um país onde existe tanta divergência de interpretação da lei. Mas, o Judiciário também deve ter os seus limites de atuação. Não deve intervir em matérias de atribuição do Legislativo, cujos integrantes foram eleitos pelo povo para legislar. O protagonismo é válido, é eficaz, desde que obedeça aos limites constitucionais.”

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Antonio Carreta



Escolas do Tribunal vão ao Interior



Iniciativas da EPM e da EJUS buscam efetivar o aperfeiçoamento funcional de magistrados e servidores em todo o Estado, desde o início de suas carreiras

O desafio de realizar a formação continuada de todos os magistrados e servidores do Judiciário paulista tem sido concretizado pela Escola Paulista da Magistratura (EPM) e pela Escola Judicial dos Servidores (EJUS) por meio de diversas ações que buscam não apenas propiciar as melhores condições para a organização das atividades nas comarcas, mas também levar cursos e eventos, planejados na capital, para o interior do Estado.

Uma das formas de viabilizar essa abrangência tem sido o ensino à distância, recurso atualmente disponibilizado em quase todos os cursos e eventos da EPM (gratuitos

para magistrados e servidores) e em boa parte daqueles promovidos pela EJUS. Complementando essa atuação, as Escolas têm buscado realizar também cursos presenciais e outras atividades que atendam às necessidades de todas as Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs).

Com esse intuito, o diretor da EPM e da EJUS, desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha, com o apoio do Conselho Consultivo e de Programas da EPM e do Conselho Técnico da EJUS, visitou todas as RAJs, para verificar como as Escolas poderiam contribuir para o aprimoramento dos trabalhos em cada região. As visitas ocorreram nos núcleos regionais da EPM,

localizados nas sedes das RAJs, onde o diretor reuniu-se com juízes e servidores para trazer ideias para novos cursos, além de incentivar a participação de todos.

Elementos centrais no processo de interiorização da EPM, os núcleos regionais têm uma programação diversificada que inclui extensões universitárias, ciclos de palestras e outros eventos. Vários Núcleos oferecem também cursos de pós-graduação. Entre eles, o de Campinas, que realiza a quinta edição do curso de Direito Processual Civil em sua sede e a primeira, em Americana; o de São José dos Campos, com uma especialização em Direito Penal em andamento; e o de Sorocaba,



Fernando Antonio Maia da Cunha fala a juízes e servidores em Araçatuba, na primeira visita aos núcleos regionais

que concluiu em março o primeiro curso de Direito do Consumidor ministrado fora da capital e está com inscrições abertas para um curso de Direito Civil.

Como resultado das visitas e do contato permanente entre a direção e os coordenadores regionais, foram implementadas medidas para aparelhar melhor os núcleos e desenvolver cursos nas próprias comarcas, em especial aquelas mais distantes da Capital, que mais se ressentiam da ausência da Escola, na percepção do diretor Fernando Maia da Cunha. “Fomos a todos os núcleos regionais e estamos levando cursos presenciais aos juízes e servidores do Interior, que representam 60% do contingente do Judiciário paulista e aderiram com entusiasmo às iniciativas da EPM.

Temos hoje a efetiva participação dos magistrados de todo o TJSP, que é a finalidade principal da EPM. Tem sido muito gratificante ver os juízes presentes na vida da Escola e ampliaremos ainda mais os cursos e eventos destinados a eles e aos servidores.”

Uma das iniciativas nesse sentido é o “Ciclo de palestras sobre o novo Código de Processo Civil”, realizado de forma presencial e simultânea em nove RAJs. Iniciado em maio, o ciclo consiste de seis aulas semanais e conta com mais de mil alunos – a maioria juízes e servidores – mesmo havendo um curso similar da EPM, na modalidade a distância, com inscrições abertas.

O coordenador do Núcleo de São José do Rio Preto, juiz Luiz Fernando Cardoso Dal Poz, observa

que os cursos on line da EPM são bastante procurados na região, mas os presenciais têm “algo a mais”. Nesse sentido, saúda a realização do ciclo sobre o Novo CPC, ponderando que seria muito difícil para o núcleo reunir tantos especialistas. Mas o núcleo também desenvolve uma série de eventos, com temas como Infância e Juventude, regularização fundiária, monitoração eletrônica e audiência por videoconferência, entre outros, tendo realizado ainda um curso de pós-graduação e o “1º Encontro de conciliadores e mediadores do interior”. “Nossa tônica tem sido aproveitar a ‘prata da casa’, prestigiando magistrados e outros profissionais da região, e diversificar as atividades, para debater temas acadêmicos e peculiaridades locais”, salienta Dal Poz.



Abertura do 5º curso de pós-graduação em Direito Processual Civil da EPM, em Campinas

O juiz Henrique de Castilho, coordenador do Núcleo de Araçatuba, também ressalta o empenho da EPM em se expandir para o interior. "Ao mesmo tempo em que dá liberdade ao coordenador regional para promover eventos, a direção da EPM tem mostrado um efetivo interesse em trazer a Escola para o interior e estar mais presente no cotidiano dos juízes. Ao perceberem isso, os juízes também se interessam mais pela Escola e a participação é crescente", observa o coordenador, que enfatiza a importância desse estímulo, desde o início da carreira: "a EPM é o nosso ambiente de estudo, onde nos fortalecemos e desenvolvemos nossos pensamentos e teorias".

Uma inovação no Interior é a criação de núcleos de estudos de magistrados, antes restritos à

Capital, onde existem nove grupos. Já foram inaugurados três núcleos de estudos nas regionais da EPM, que agregam desde juízes substitutos até aposentados para debaterem diferentes ramos do Direito e sua aplicação prática. O primeiro deles foi o de Presidente Prudente, iniciado em novembro. O coordenador do grupo e do Núcleo Regional da Escola, juiz Silas Silva Santos, salienta que os trabalhos têm sido muito proveitosos, proporcionando a troca de ideias sobre assuntos pertinentes à Magistratura. "A ideia desse diálogo constante entre os colegas, com as diversas visões e experiências, tem sido muito útil para a carreira como um todo."

Os outros dois núcleos de estudos foram instalados em Araçatuba e em São José dos Campos. Esse

último possui o maior número de integrantes entre todos os núcleos de estudos da EPM: mais de 50. Para o juiz João José Custódio da Silveira, coordenador do grupo e do Núcleo Regional, o sucesso evidencia a iniciativa da diretoria da Escola em propiciar formação continuada em suas sedes regionais e decorre de uma mudança de mentalidade, "facilitando o acesso aos magistrados e inculcando a ideia de que a reciclagem é fundamental".

Atenção aos juízes em início de carreira

Outra iniciativa em prol da Magistratura no Interior é direcionada à formação dos juízes em período de vitaliciamento, atividade primordial da EPM. Trata-se da criação dos Grupos de



Aula do "Ciclo de palestras sobre o novo Código de Processo Civil", realizado simultaneamente pela EPM em nove RAJs

Apoio ao Juiz Substituto (GAJS), núcleos permanentes de juízes formadores, que serão estabelecidos em cada RAJ, para auxiliar os juízes substitutos. Os GAJS complementarão a atuação dos juízes formadores individuais, que acompanham os substitutos, desde o ingresso até o vitaliciamento, mas, em decorrência de questões de logística e de promoções, nem sempre estão na mesma comarca ou RAJ do formando.

Conforme explicou o coordenador do Núcleo de Sorocaba, juiz Alexandre Dartanhan de Mello Guerra, durante o curso "Formação de Juízes Formadores", ministrado em maio na EPM, a proposta é formar grupos de magistrados que possam realizar encontros regionais periódicos com os substitutos, mantendo um contato direto e por meios eletrônicos. "No passado, em algumas situações específicas, havia uma distância muito grande entre os juízes

vitalícios e os juízes em formação e o nosso objetivo é diminuir cada vez mais essa distância e fazer com que o diálogo seja cada vez mais fácil e rápido."

Essa intenção foi compartilhada pelo juiz Silas Silva Santos: "quando ingressei (na Magistratura), a ideia era de que a judicatura era um ambiente de extrema solidão e hoje concordamos que isso não é verdade". Ele adianta que os GAJS se reunirão trimestralmente para debater as dificuldades e particularidades locais, abordando questões como o impacto das decisões judiciais, administração dos fóruns, correições e interação com a imprensa, entre outras, não necessariamente jurídicas. "Esses encontros têm como objetivo trocar experiências e criar um ambiente propício para que, mediante sua participação, os juízes substitutos sejam capazes de construir suas próprias soluções."

Núcleos Regionais da EJUS

Desde o início de suas atividades, em fevereiro do ano passado, a EJUS esta empenhada em capacitar os servidores de todo o Estado, disponibilizando boa parte de seus cursos e eventos na modalidade a distância. Em fevereiro, iniciou em Sorocaba (10ª RAJ) seu primeiro curso presencial no interior, "Reciclagem do Treinamento do Sistema SAJ – Processo Digital", com apoio da STI, SPI e SPRH. O curso já foi ministrado para funcionários de outras três RAJs e, até novembro, abrangerá todas, assim como o "Curso de Educação Financeira", iniciado em abril.

A partir de março, a EJUS também conta com núcleos regionais em todas as RAJs. A coordenação é feita por servidores, que são responsáveis pelos eventos em cada região, sob a supervisão dos juízes coordenadores regionais da EPM. E já está prevista a realização de um encontro de coordenadores



Juízes coordenadores regionais da EPM Silas Silva Santos (Presidente Prudente), Henrique de Castilho Jacinto (Araçatuba) e Alexandre Dartanhan de Mello Guerra (Sorocaba), no curso "Formação de Juízes Formadores"

regionais da EJUS no final do ano, para discutir a programação de 2016.

O Núcleo de Ribeirão Preto foi o primeiro a ser inaugurado, com a realização do curso "Panorama geral do novo CPC". Em maio, promoveu um ciclo de palestras em Franca, com temas relacionados à descentralização administrativa, contratos bancários, processo penal e proteção do consumidor.

A preocupação com a formação inicial também norteia a atuação da EJUS, que já elaborou um curso de iniciação funcional para todos os servidores que tomarem posse na Capital e no Interior. O curso também capacitará os ingressantes a utilizarem o sistema SAJ no processo digital.

A EJUS promove ainda cursos no Interior em conjunto com a EPM e com outras coordenadorias do Tribunal de Justiça. Um deles, realizado pelas duas Escolas

e pela Coordenadoria da Infância e Juventude, é o de supervisão técnica para assistentes sociais e psicólogos da 7ª RAJ. As aulas são ministradas em Santos e em São Vicente e prosseguem até março do próximo ano.

Outra parceria da EPM e da EJUS, o curso "Execução Civil para servidores – Novo CPC" foi realizado em março e abril em Presidente Prudente. Com mais de cem

inscrições, o curso contou com a participação de servidores de 13 comarcas. Para o funcionário do Núcleo da EPM, Raphael de Oliveira Machado Dias, "havia uma demanda por cursos na região, não apenas palestras, porque grande parte dos servidores há muito não frequentava um curso".

Texto: Marcelo Barbosa
Fotos: Internet e EPM



Servidores participam do curso "Panorama geral do novo CPC", na inauguração do primeiro Núcleo Regional da EJUS, em Ribeirão Preto



No início deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo concluiu o 9º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo. Destinado a 222 unidades extrajudiciais, o concurso teve início em março de 2014 e contou com 5.458 inscrições (5.149 para provimento e 309 para remoção). Na primeira fase, foram selecionados 1.900 candidatos; na segunda, 675. No dia 27 de abril, em sessão pública realizada no Palácio da Justiça, foram anunciados os 510 aprovados.

O TJSP foi o primeiro do país a realizar concursos para provimento das unidades extrajudiciais. O ingresso na titularidade do serviço, pelas vias de provimento ou remoção, é feito de acordo com os princípios definidos no artigo 236, § 3º da Constituição Federal e na Resolução nº 81 do CNJ.

Serviços notariais e de registro são aqueles de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

O presidente da comissão,

desembargador Marcelo Martins Berthe, fala como foi a experiência à frente da organização do 9º concurso e explica por que sua duração foi maior do que a dos concursos anteriores:

“A comissão do concurso foi composta em outubro de 2013, mas o edital somente foi publicado em dezembro daquele ano. Isso porque, às vésperas do início do certame, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ estabeleceu que deveria haver licitação para contratar a empresa responsável pela execução de concursos. Diante do temor em se contratar uma empresa que não garantisse a confiabilidade necessária, efetuou-se representação junto ao CNJ, pedindo autorização para contratar a Vunesp (Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista), que havia realizado os concursos anteriores e tem boa experiência na realização de certames dessa natureza. Somente após a concordância do CNJ, foi possível publicar o edital. Dois meses depois, o CNJ mudou as regras do edital-padrão sobre a contagem de títulos, para todos os concursos efetuados no país,

inclusive para os que já estavam em andamento, como era o caso de São Paulo. Por esta razão, o edital foi republicado em março de 2014, com nova abertura de prazos. O concurso terminou um ano depois, pois seu calendário teve que se adaptar, ainda, à Copa do Mundo e às eleições.”

As provas da primeira fase do concurso foram feitas na forma de gabarito, com correção por leitura ótica. A arguição da fase oral durou três meses e, segundo Berthe, foi exaustiva, pois foram entrevistados dez candidatos por dia.

Houve muitas reclamações de candidatos interpostas no CNJ, além de mandados de segurança impetrados perante o Órgão Especial do TJSP. As queixas eram de todos os tipos: pela nota recebida, forma da contagem de títulos, e até mesmo sobre a nota dos concorrentes. Berthe viajou duas vezes a Brasília, para levar aos conselheiros do CNJ explicações sobre alguns questionamentos que mereciam explanação detalhada. Deu resultado, pois ao final, o concurso não sofreu nenhuma paralização por parte do CNJ ou outro órgão.

Marcelo Martins Berthe foi juiz auxiliar da Presidência do CNJ por quatro anos e foi o principal responsável pela elaboração da minuta das resoluções nº 80 e 81, que mapearam as unidades extrajudiciais no território nacional e regeram os concursos para outorga de delegações em todo o país. Ele lembra que foi um árduo trabalho. “De início, fez-se levantamento para verificar a legitimidade da titularidade de todas as unidades extrajudiciais, no Brasil inteiro. Posteriormente, foram declaradas vagas as unidades que não possuíam titularidade legalmente reconhecida. Em seguida, estabeleceram-se as regras para a realização dos concursos.”

Sua relação com o extrajudicial começou em 1990, quando era juiz auxiliar da Capital e foi convidado a atuar na 1ª Vara de Registros Públicos, onde funciona a corregedoria de vários cartórios extrajudiciais. Após quatro anos de atuação, foi para a Corregedoria Geral da Justiça e, naquele período, sobreveio a lei que regulamentou concursos públicos para outorga de delegações, como estava previsto na Constituição de 88.

Decidiu-se abrir, então, o primeiro concurso público, com base na nova lei. Contudo, o projeto de lei encaminhado para a Assembleia Legislativa não foi aprovado.

Havia forte pressão política exercida pelos interinos de cartórios paulistas (interinos eram descendentes de titulares de cartório já falecidos). Berthe diz ter sofrido todo tipo de ameaças naquele período, inclusive contra sua própria vida.

Passados quatro anos, durante a gestão do corregedor Nigro Conceição, decidiu-se fazer o concurso mesmo sem legislação regradora. Publicado o provimento (que no futuro serviu de base para o edital da resolução nº 81 do CNJ), finalmente foi aberto o primeiro concurso público para outorga de delegações de São Paulo, em abril de 1999.

Ao comparar as dificuldades enfrentadas para a realização do primeiro, com a organização do 9º concurso, Berthe afirma que o panorama do extrajudicial melhorou notavelmente. Segundo ele, os concursos são a solução para a atividade notarial e registral. “Hoje, a população respeita e confia mais na atividade. O impacto da melhora contribui até para o desenvolvimento econômico do país, pois existe



mais segurança jurídica”. Sobre a situação do extrajudicial no resto do Brasil, Berthe afirma que o sistema é bom, mais ainda não está acabado. “Há muito por fazer. Em São Paulo, avançamos mais. O nível do atendimento, da qualidade técnica e conhecimento jurídico é muito grande. Concordo com a pregação do presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini, que advoga abrangência maior de serviços a serem assumidos pelas unidades extrajudiciais, a fim de aliviar o Judiciário e prestar um atendimento mais rápido e eficaz à população”, conclui.

Nesse concurso, também ocorreram inovações, como a criação de grupo para abranger as unidades que não haviam sido escolhidas em concursos anteriores.

Sobre outra inovação, conta Berthe: “A resolução nº 80 do CNJ fala em uma relação de oito candidatos por vaga, entre a fase preambular e a segunda fase, mas nós utilizamos relação de candidato por vaga diferenciada entre os diversos grupos, o que foi referendado depois pelo CNJ. Por esta razão, a nota de corte variou, suscitando maior probabilidade para o provimento de todas as unidades. Assim, o nível de dificuldade do concurso foi diferente

em cada grupo e as notas de corte diferenciadas proporcionaram boa divisão entre os concorrentes, adequando-os às peculiaridades de cada unidade, tanto quanto à localização em cidades maiores ou menores, quanto à complexidade do trabalho exigido em cada uma. Em resumo, foram vários concursos dentro de um só.”

A comissão do concurso foi composta também pelos juízes Fernão Borba Franco, Guilherme Stamillo Santarelli Zuliani e Roger Benites Pellicani; por Euro Bento Maciel, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo; por Sebastião Silvio de

Brito, representando o Ministério Público; por Oscar Paes de Almeida Filho (registrador) e Ana Paula Frontini (tabeliã). Foram suplentes a desembargadora Christine Santini (presidente), Marcelo Benacchio (juiz), Jarbas Andrade Machioni (OAB), Mariangela de Souza Balduino (MPSP), Adriana Aparecida Perondi Lopes Marangoni (registradora) e Marcio Pires de Mesquita (tabelião). “Sobre a comissão, não tenho nem palavras. Não poderia ter tido uma turma melhor. A equipe era muito qualificada, disposta, unida e participativa”, reconheceu Berthe.

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Antonio Carreta



Trabalho a distância vira realidade no TJ

Teletrabalho: projeto piloto, matéria de capa na 1ª edição de *Justiça SP*, foi implantado em definitivo na Capital

Quando o presidente José Renato Nalini decidiu buscar novas modalidades de trabalho no Tribunal para incentivar o aumento da produtividade e abordar a questão da mobilidade urbana, criou comissão encarregada de implantar o teletrabalho. Dela fazem parte o desembargador José Roberto Coutinho de Arruda e os juízes assessores da Presidência das áreas de RH, SPI e STI, com a participação da Corregedoria Geral da Justiça.

O projeto-piloto, implantado no período de fevereiro a dezembro/14, envolveu doze cartórios do TJSP. Participaram do projeto a Secretaria da Primeira Instância (SPI), a Secretaria de

Tecnologia da Informação (STI) e a Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH).

Devido ao sucesso do projeto – a produtividade dos funcionários aumentou, em média, 33% na elaboração de expedientes e 47% nas movimentações – a comissão elaborou a normatização da atividade que foi aprovada pela Presidência e Corregedoria Geral, resultando na publicação do Provimento Conjunto nº 5/15. No início, o teletrabalho será implantado nas unidades da Capital.

O Provimento Conjunto implanta e regulamenta a modalidade do Teletrabalho (trabalho a distância), termo mais amplo que o Home Office, e aprova o Manual de

Orientação elaborado pelas Secretarias da SPI, SPRH e STI, disponível no Portal dos Servidores, permitindo que o servidor possa executar seu trabalho fora das dependências do fórum.

A solenidade de lançamento da modalidade no âmbito do TJSP foi no dia 21 de maio, no Juizado Especial Cível do Foro Regional III – Jabaquara. Na ocasião, o presidente Nalini, destacou a coragem dos envolvidos no processo, que se propuseram a enfrentar o projeto polêmico, sobre o qual muitos tinham dúvida do sucesso. “Temos de estar prontos para o novo. Aquilo que era uma utopia, passou no teste e deu certo.”

Para a juíza assessora da Presidência Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva, a questão essencial que justifica a implantação do teletrabalho é o aumento da produtividade. “Aliado a isso, estamos vivenciando uma grande transformação na forma de execução das atividades por conta do processo digital. Hoje é possível efetuar tarefas a distância.”

Como funciona

A modalidade de teletrabalho não pode ser autorizada para qualquer unidade nem para qualquer cargo. É exercida por escreventes técnicos judiciários que atuam no processo digital em cartórios, porque apenas podem ser movimentados processos no formato digital, para evitar o deslocamento de processos físicos até as residências dos servidores, afastando o perigo de perda de documentos.

Não há custos para o TJSP, pois o servidor utiliza seu equipamento pessoal e a internet banda larga de sua casa, que devem possuir a configuração determinada pela Secretaria de Tecnologia da Informação. A comunicação entre o computador do servidor e as bases de dados do Tribunal é feita por meio da ferramenta própria do TJSP. Com ela, o servidor tem acesso ao SAJ, como se estivesse dentro do TJSP. É um link de conexão segura, pois o servidor se conecta utilizando o seu login, senha e o seu certificado digital (assinatura eletrônica).

O pré-requisito principal para participar do teletrabalho é o escrivão do cartório aderir à modalidade, com a concordância do juiz corregedor, e indicar servidor que possui perfil para a atividade – que será praticada somente em um ou dois dias na semana e nunca às segundas e sextas-feiras. Deve ser respeitado o horário estipulado (janela dentro do horário de funcionamento do fórum) e, nesse período, o servidor tem que estar online, embora o horário efetivo trabalhado seja flexível. O número de servidores em teletrabalho não pode exceder



Solenidade de implantação do teletrabalho no Juizado Especial Cível do Foro Regional III – Jabaquara

20% do contingente da unidade. A atividade é considerada dia normal, para efeito de frequência e salário, com permanência do auxílio alimentação. O servidor não recebe, nesse dia, auxílio transporte.

Cada unidade deve comunicar previamente a SPRH o interesse no teletrabalho, para que a Presidência analise a possibilidade de autorização. O servidor em teletrabalho deve apresentar aumento de produtividade de, no mínimo, 15%, em relação ao que faz no cartório, na forma presencial. A escolha do servidor, o controle da frequência, o planejamento da atuação e o controle da produtividade

ficam a cargo do escrivão do cartório.

A autorização para atuação em teletrabalho vigora por 12 meses, devendo, no último trimestre, ser realizada avaliação pela comissão de acompanhamento, prevista no Provimento Conjunto nº 5/15, que opina pela continuidade do teletrabalho na unidade.

“O teletrabalho é um incremento que valoriza a primeira instância, atende ao interesse público com ganhos de produtividade e melhora a qualidade de vida do servidor”, conclui a juíza Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva.

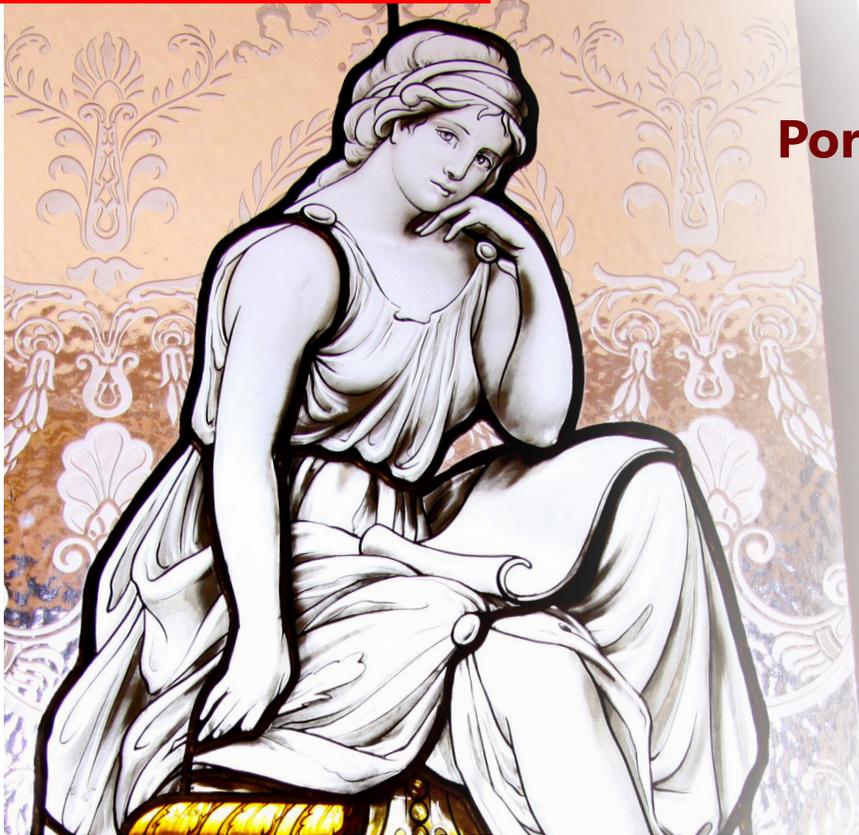
Texto: Dicler Antonio
Fotos: Antonio Carreta



Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva: “O teletrabalho proporciona aumento da produtividade, com melhoria da qualidade de vida do servidor”

Por uma Justiça com a

cuca legal



Serviço Psicossocial Clínico do Tribunal de Justiça completa 20 anos

A criação de um atendimento psicossocial no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo começou a ser pensada em 1993, quando tiveram início os primeiros estudos que culminariam com a implantação do serviço. Naquela época, a equipe técnica (formada por psicólogos e assistentes sociais das varas da Infância e Juventude e de Família e Sucessões) teve contato com os primeiros casos de funcionários que procuravam informações a respeito de tratamento para doenças relacionadas à saúde mental, alcoolismo e uso de drogas. Também foi percebido, por juízes e desembargadores, o ritmo crescente de magistrados que apresentavam sintomas de doenças de origem emocional ou psicológica. Ainda nesse mesmo período, fatos marcantes chamaram a atenção da cúpula do Tribunal de Justiça:

suicídios no seio da família forense.

Os desembargadores Antônio Carlos Munhoz Soares e José Adriano Marrey Neto, auxiliados pela assistente social Rosemary Andrade Ungaretti de Godoy, pela assistente social e psicóloga Maria Celeste Anderson, e outros profissionais, decidiram formar o grupo de estudos que se constituiu na base que se transformaria no atual Serviço Psicossocial Clínico do Tribunal de Justiça.

A partir desse grupo, foi criado o “Projeto de Implantação do Serviço de Atendimento Psicossocial aos Funcionários”, submetido ao então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Weiss de Andrade. Em março de 1995, foi inaugurado o Serviço Psicossocial Clínico aos Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, constituído por quatro assistentes sociais, três psicólogas e um escrevente

técnico judiciário, subordinados aos desembargadores Munhoz Soares (presidente da comissão), Marrey Neto e Reis Kuntz, e administrativamente, ao juiz assessor da Presidência William Roberto de Campos.

Os fundamentos do atendimento criado à época permanecem inalterados até hoje, quais sejam: a procura espontânea por parte do funcionário; sigilo absoluto; não envolvimento em questões administrativas ou institucionais e universalidade – atendimento igualitário, independentemente de cargo ou função do participante.

Palestras foram realizadas para divulgar a existência do serviço. De forma crescente, o trabalho ganhou confiança e credibilidade junto à instituição. Ao longo do tempo, o atendimento foi ampliado e surgiram novas unidades. Hoje, são ao todo nove, pois além da Capital, existem unidades em Campinas, Ribeirão

Preto, Piracicaba, Bauru, Sorocaba, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Araçatuba. Até o final do ano, deverá ser entregue a unidade de Serviço Psicossocial Clínico de Presidente Prudente.

Como funciona

Quando uma pessoa busca o serviço psicossocial está, em geral, vivenciando um problema pessoal ou familiar. Nesse primeiro contato, ocorre o procedimento técnico mais importante, segundo a psicóloga Leila Josefina Rodrigues Vianna, coordenadora do Serviço Psicossocial Clínico de São Paulo e Comarcas; trata-se do acolhimento e triagem. “Normalmente a pessoa se apresenta em uma condição de crise”, destaca. Feito o diagnóstico, é definido qual o programa de tratamento mais adequado, como por exemplo, a psicoterapia individual ou em grupo; atendimento psicológico individual ou atendimento social individual.

Os atendimentos mais comuns registrados pelo Serviço Psicossocial Clínico refletem os problemas presentes no dia a dia da população, quais sejam: ansiedade, depressão, problemas de relacionamento familiar ou no trabalho, alcoolismo, drogadição e doenças funcionais, como LER e DORT. Uma particularidade do atendimento aos funcionários do Judiciário é a queixa permanente quanto ao volume de trabalho.

Durante os 20 anos de existência, destaca-se que jamais foi registrada qualquer ingerência de natureza institucional. “Ao contrário”, afirma Rodrigues Vianna, “os atendimentos são realizados com total autonomia técnico-científica, objetivando a qualidade do serviço prestado.”

A funcionária Maria (nome fictício) atesta que o atendimento e o tratamento psicológico são de excelente qualidade. Tanto assim, que já se consultou em três momentos de sua vida. Em 2008, e novamente em 2012, durante períodos de aproximadamente seis meses, ambos por motivações de caráter pessoal e, de novo, a

partir de fevereiro deste ano, por razões profissionais. “A psicóloga não dá a solução para o seu problema, mas oferece alternativas que, muitas vezes, podem ajudar você a superar dificuldades pelas quais está passando”, diz.

Existem ainda, dentro do serviço psicossocial, diversos grupos formados na capital e em comarcas do interior, cujos trabalhos desenvolvidos não são essencialmente terapêuticos, mas cujos resultados são plenamente satisfatórios, como por exemplo, o “Grupo da Maturidade”, formado por funcionárias do Tribunal acima de 50 anos (na ativa e aposentadas), que se reúnem periodicamente para trocar experiências pessoais e profissionais; ou ainda o “Cuidar de quem Cuida”, com palestras dirigidas a pessoas que têm um familiar em tratamento. Existe também o “Grupo da Aposentadoria”, que prepara a pessoa para as novas experiências que experimentará em sua vida, ao se aposentar.

pelas ruas, para praticar a atividade da fotografia; em Bauru, são ministradas aulas de yoga.

Nesses 20 anos de vida, o Serviço Psicossocial Clínico já realizou, segundo números totalizados até dezembro do ano passado, 291.583 atendimentos, sendo 146.442 na capital e 145.141 em suas nove unidades espalhadas pelo interior do Estado. Somente no ano passado, na capital paulista, foram realizados 22.407 atendimentos.

Equipe

A equipe do Serviço Psicossocial Clínico está subordinada à Comissão do Serviço de Atendimento Psicossocial aos Magistrados e Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrada por três desembargadores: Ademir de Carvalho Benedito (presidente), Everaldo de Melo Colombi e Luiz Eurico Costa Ferrari.

O serviço é integrado por duas equipes: administrativa e técnica. A equipe administrativa é chefiada



Reunião da equipe de profissionais do Serviço Psicossocial Clínico

No interior, as unidades desenvolvem uma série de trabalhos de acordo com as particularidades e necessidades regionais. Por exemplo, em Marília, o Serviço Psicossocial promove orientação vocacional; em Ribeirão Preto, existe a “Clínica Ampliada”, que leva os participantes a caminhadas

por Magali Rose Gabriel. Formada em Psicologia e Direito, está no TJSP desde 1977 e no Serviço Psicossocial Clínico desde o seu início. Integram a equipe escreventes, agentes administrativos e um agente de fiscalização judiciário, os quais, por exercerem atividades diferentes das habituais de cartório



Desembargador Ademir de Carvalho Benedito, ao lado. Acima, as servidoras Magali Rose Gabriel e Leila Josefina Rodrigues Vianna

judicial, recebem treinamento para lidar com as pessoas que procuram auxílio no serviço psicossocial. São responsáveis pela organização do substrato em que se apoiam as atividades técnicas, sem o qual o trabalho seria inviável. Rose Gabriel considera gratificante saber que pode ajudar colegas que se encontram em uma situação momentânea de dificuldade a superar esse momento.

A equipe técnica é integrada por psicólogos e assistentes sociais do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. São todos concursados e munidos de pelo menos cinco anos de experiência na instituição, além de comprovada experiência na área clínica e formação compatível com a atividade que irão exercer. A equipe técnica reúne-se semanalmente para discutir casos clínicos e trabalhar em conjunto na análise de questões administrativas mais complexas. A troca de experiências nesse contato periódico é considerada fundamental para o bom funcionamento do trabalho e a construção de uma linguagem única que mantêm firme a linha de conduta que norteia os atendimentos.

Atualmente, a equipe da capital é composta por oito psicólogas, seis assistentes sociais e seis funcionários administrativos. No interior, são mais 13 psicólogos, 13 assistentes sociais e nove servidores da administração.

Para o desembargador Ademir de Carvalho Benedito, é uma honra presidir a comissão, cargo para o qual foi designado no início de 2012, e onde permanece, atendendo ao convite do atual presidente José Renato Nalini. Carvalho Benedito destaca a importância do serviço para funcionários e magistrados, que muitas vezes necessitam desse tipo de atendimento para auxílio na solução de questões relacionadas à vida pessoal, social ou profissional, e que, direta

ou indiretamente, acabam interferindo no desempenho no trabalho. Ele resalta os excelentes resultados obtidos pelo Serviço Psicossocial Clínico. "Eu diria que hoje o trabalho desenvolvido pelo setor é essencial para o Tribunal."

Serviço Psicossocial Clínico da Capital - Rua Tabatinguera, 140, 1º andar, Centro. Telefones: (11) 3106-2636 / (11) 3241-5098

**Texto: Rômulo Pordeus
Fotos: Antonio Carreta e Gedeão Dias**

Para marcar 20 anos de atividade, o setor publicou o livro *Serviço Psicossocial Clínico - Um Espaço de Humanização no Tribunal de Justiça de São Paulo*, que resume duas décadas de pioneirismo e trabalho do Serviço Psicossocial, bem como das experiências clínicas da equipe técnica. Editado na Gráfica do TJSP, com apoio da Escola Paulista da Magistratura (EPM), o livro foi lançado em 23/3/15, em solenidade no Palácio da Justiça. Gratuito, ele é distribuído em instituições de ensino de psicologia e serviço social.

Trinta anos depois...



Em 22 de março, 95 jovens ingressavam na Magistratura de São Paulo; muitos deles continuam na ativa

Era 1985. No cenário político, nesse ano, o Brasil ficou marcado pela chegada do fim do regime militar, com a eleição indireta do primeiro presidente civil em 20 anos. Com a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril, vítima de infecção generalizada, a Presidência da República ficou a cargo de seu vice, José Sarney. Também em 1985, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei criando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em novembro, as primeiras

eleições diretas para as prefeituras das capitais, das cidades litorâneas e de municípios “enquadrados” pela antiga Lei de Segurança Nacional no Brasil. Jânio Quadros foi eleito prefeito de São Paulo e Saturnino Braga da capital fluminense.

Na parte cultural, o Brasil entrava definitivamente no rol dos grandes shows musicais com a realização do Rock In Rio – o festival de música onde astros nacionais e internacionais brilharam na Cidade do Rock. Dentre os astros internacionais, destaque

Foto 1: Themístocles Barbosa Ferreira Neto e Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa; foto 2: James Alberto Siano e Gilberto Gomes de Macedo Leme; foto 3: José Jacob Valente, Irineu Jorge Fava, Ricardo Mair Anafe e Antonio Mário de Castro Figliolia; foto 4: Theodureto de Almeida Camargo Neto, Carlos Eduardo Pachi, Edison Aparecido Brandão, Paulo Alcides Amaral Salles, Renato Delbianco e Francisco Antonio Bianco Neto



para os grupos Queen, de Freddie Mercury, o de heavy metal AC/DC, a alemã Nina Hagen e o americano James Taylor. Dez anos depois de censurada, a novela Roque Santeiro foi liberada e se tornou verdadeiro sucesso. Escrita por Dias Gomes, a novela bateu recordes de audiência com um elenco onde se destacavam Lima Duarte, com seu inesquecível Sinhozinho Malta e seu bordão "Tô Certo ou tô errado", e Regina Duarte, no papel da Viúva Porcina, com suas roupas exageradas. No

SBT, a minissérie americana Pássaros Feridos causava furor. Nas telas globais, a adaptação de O Tempo e o Vento, de Érico Veríssimo, e o seriado Armação Ilimitada, que misturava ação, esporte e aventura na linguagem de videoclip, consagrava André di Biase e Kadu Moliterno nos papéis de Juba e Lula.

Nos esportes, uma das maiores tragédias da história do futebol, 39 pessoas mortas e feridos indeterminados ofuscaram a decisão da Liga dos Campeões entre

Liverpool e Juventus, e o mundo foi apresentado aos hooligans – grupo de torcedores que aprontavam arruaças. Com isso, os clubes ingleses foram punidos pela UEFA Champions League ficando fora das competições por cinco anos. O francês Alain Prost conquistou seu primeiro título mundial de Fórmula 1, depois de perder o mundial anterior para Niki Lauda. Prost venceu cinco corridas. Ainda na F1, em 1985, Ayrton Senna conquistava suas duas primeiras vitórias:



Portugal e Bélgica; na Fórmula Indy, Emerson Fittipaldi conquistava sua primeira vitória em Michigan.

No capítulo das perdas, nesse ano, entre outros, o Brasil ficou sem a escritora Cora Coralina.

No cenário internacional, depois de um ano de greve, os mineiros britânicos dirigidos por Arthur Scargill foram obrigados a regressar ao trabalho sem terem atendidas as suas reivindicações. Mikhail Gorbachev foi eleito secretário-geral do Partido Comunista da

União Soviética; o presidente norte-americano Ronald Reagan obteve o apoio oficial da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para o seu programa de defesa espacial designado 'Guerra das Estrelas'. A guerra Irã-Iraque, nos pântanos de Howeiza, fez mais de 25 mil mortos; na Grécia, e apesar dos protestos da oposição, Christos Sartzakis assumiu a Presidência da República.

No México, um dos piores terremotos da história: o tremor atingiu 8.1 na Escala Richter

abalando as estruturas da Cidade do México. O sismo aconteceu um ano antes da Copa do Mundo, disputada pela segunda vez no país. Ao todo, 9.500 pessoas morreram, 30 mil ficaram feridas e 10 mil foram desalojadas. Na Colômbia, o vulcão Nevado del Ruiz causou destruição para a cidade de Armero matando 25 mil pessoas.

No capítulo das perdas, dentre muitos, morrem o ator americano Rock Hudson, vítima da AIDS, o genial Orson Welles, e o pintor



Foto 1: Renato Delbianco, Edison Aparecido Brandão, Ricardo Mair Anafe e Carlos Eduardo Pachi; foto 2: Antonio Sergio Coelho de Oliveira, Jeferson Moreira de Carvalho, João Batista Silvério da Silva e Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia; foto 3: Milton Evaristo dos Santos Neto, Getúlio Evaristo dos Santos, Paulo Alcides Amaral Salles, James Alberto Siano, Themístocles Barbosa Ferreira Neto, Theodureto de Almeida Camargo Neto e Plínio Novaes de Andrade Júnior



Marc Chagall, contemporâneo de Pablo Picasso e Joan Miró.

Em São Paulo, mais precisamente no dia 22 de março, a vida de 95 jovens tomou rumo diferente. Cada um tem sua história de vida profissional e pessoal, mas todos se orgulham da carreira escolhida. Nesse dia, esses jovens tomavam posse, depois de aprovados no 150º Concurso de Ingresso na Magistratura. Dentre eles, quatro mulheres. Nessa época, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo era o desembargador Bruno Affonso de André e o 1º vice-presidente, o desembargador Nelson Pinheiro Franco, que em agosto assumiu a Presidência para completar o biênio e em

dezembro foi eleito para exercer o cargo nos anos de 1986 e 1987.

De lá para cá mudou muito o cenário político, o contexto social, político, cultural e jurídico. Vários fatos contribuíram para a concretude das mudanças. O mais importante deles chegou em 1988, com o novo texto constitucional – fruto de deliberação com aberta participação popular sem precedentes no constitucionalismo nacional e que contribuiu para a instalação do Estado de Direito atual. O Judiciário também mudou: agora todos dele se socorrem.

Hoje, passados 30 anos, duas das mulheres aprovadas são desembargadoras da ativa e as

outras se aposentaram como juízas. Dos homens, 34 são desembargadores da ativa e três estão aposentados; há um juiz substituto em 2º grau; 55 chegaram ao final da carreira como juízes, oito deles ainda estão em exercício, um foi exonerado a pedido e cinco já faleceram. Dos desembargadores em atividade, um é integrante do Conselho Superior da Magistratura como presidente da Seção de Direito Público.

Para comemorar o ingresso na magistratura, falar sobre o tempo que passou e o atual, neste ano, o reencontro de parte do grupo foi em um almoço no Shopping JK.

Texto: Rosângela Sanches
Fotos: Antonio Carreta

Quem são eles?

Desembargadores em exercício:

Antonio Mário de Castro Figliolia (12ª Direito Privado)/Antonio Sérgio Coelho de Oliveira (9ª Criminal)/Carlos Eduardo Pachi (9ª Direito Público)/Edison Aparecido Brandão (4ª Criminal)/Edson Ferreira da Silva (12ª Direito Público)/Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa (7ª Direito Público)/Fernando Geraldo Simão (7ª Criminal)/Flávio Cunha da Silva (38ª Direito Privado)/Francisco Antonio Bianco Neto (5ª Direito Público)/Francisco Giaquinto (13ª Direito Privado)/Galdino Toledo Júnior (9ª Direito Privado)/Gilberto Gomes de Macedo Leme (35ª Direito Privado)/Irineu Jorge Fava (17ª Direito Privado)/Jair Martins (2ª Criminal)/James Alberto Siano (5ª Direito Privado)/Jeferson Moreira de Carvalho (9ª Direito Público)/João Batista Silvério da Silva (8ª Direito Privado)/José Jacob Valente (12ª Direito Privado)/Marco Antonio De Lorenzi (14ª Criminal)/Marco Antônio Pinheiro Machado Cogan (8ª Criminal)/Maria Beatriz Dantas Braga (18ª Direito Público)/Oswaldo Capraro (18ª Direito Público)/Paulo Alcides Amaral Salles (6ª Direito Privado)/Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia (10ª Direito Público)/Pedro Luiz Baccarat da Silva (36ª Direito Privado)/Plínio Novaes de Andrade Júnior (24ª Direito Privado)/Reinaldo Miluzzi (6ª Direito Público)/Renato Delbianco (2ª Direito Público)/Ricardo Mair Anafe (13ª Direito Público e presidente da Seção de Direito Público)/Ricardo Pessoa de Mello Belli (19ª Direito Privado)/Roberto Martins de Souza (18ª Direito Público)/Ruy Alberto Leme Cavalheiro (3ª Criminal)/Sérgio Antonio Ribas (5ª Criminal)/Sílvia Rocha (29ª Direito Privado)/Theodoreto de Almeida Camargo Neto (9ª Direito Privado)/Valdecir José do Nascimento (16ª Direito Público).

Juiz substituto em 2º grau em

exercício: Themístocles Barbosa Ferreira Neto (29ª Direito Privado).

Juízes em exercício: Alfredo Luiz Gonçalves (1ª Vara do FR Vila Mimosa – Campinas)/Antonio Fernando Scheibel Padula (2ª Criminal de Rio Claro)/Eduardo Velho Neto (1ª Cível de Piracicaba)/Emílio Migliano Neto (7ª da Fazenda Pública Central)/Ernani Desco Filho (2ª Cível de Marília)/Jorge Panserini (1ª de Porto Feliz)/Nilson Wilfred Ivanhoé Pinheiro (38ª Cível Central)/Sérgio Elorza Barbosa de Moraes (5ª Cível de Presidente Prudente).

Desembargadores aposentados:

Emanuel Oliveira (27ª Direito Privado)/Erson Teodoro de Oliveira (24ª Direito Privado)/Maurício Lemos Porto Alves.

Juízes aposentados: Alípio Roberto Figueiredo Cara (Duartina)/Antonio Frederico Ozanan Chasseraux de Souto Corrêa (5ª Cível de SJRPretó)/Arari Teixeira Leme (1ª Vara de São Manuel)/Asdrúbal Nascimbeni (1ª Vara de Registros Públicos Central)/Daniel Veriano Raquel (2ª Criminal de Catanduva)/Eliezer Walter Gentilini (4ª Cível de Mogi das Cruzes)/Euclides Martini Filho (3ª Cível do FR Ipiranga)/Fernando Santos Ramos (São Luiz do Paraitinga)/Fernando Sebastião Gomes (2ª Cível Central)/Georg Herbert Ramthun (8ª Cível do FR Santana)/Guilherme Sandrin Filho (2ª Cível de Ribeirão Preto)/Inácio Rodrigues Teixeira (43ª Cível Central)/João Batista Machado (1ª Criminal de Catanduva)/Joaquim Guilherme Figueira Nascimento (Júri e das Execuções Criminais de SJCampos)/Jorge Antonio Conti Cintra (3ª Cível de Ribeirão Preto)/Jorge Carlos de Araújo (2ª Criminal e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do FR Penha de França)/José Carlos de Lima (1ª Cível do FR Santo

Amaro)/José Ernesto de Mattos Lourenço (22ª Cível Central)/José Gomes Pinheiro (auxiliar da Capital)/José Luiz Barbosa (3ª Vara de Guaratinguetá)/José Roberto Pereira (2ª Criminal de São Carlos)/Luiz Augusto Jorge Estevão (4ª Cível de São Bernardo do Campo)/Luiz Carlos Muraro (2ª da Família e das Sucessões do FR Santo Amaro)/Luiz Gonzaga Orsolin (1ª Vara Especial da Infância e da Juventude Central)/Marcius Geraldo Porto de Oliveira (1ª da Família e das Sucessões de SJCampos)/Maria Adelaide de Campos França (5ª da Família e das Sucessões Central)/Mauro Bastos Valbão (4ª do Júri do FR Penha de França)/Nelson Judice Muniz (3ª da Família e das Sucessões do FR Itaquera)/Odmir Fernandes (6ª da Fazenda Pública Central)/Oswaldo Pestana (Vara da Infância e da Juventude do FR Penha de França)/Paulo Monteiro (2ª Cível do FR Santana)/Paulo Vaz Pacheco de Castro (4ª da Família e das Sucessões do FR Santo Amaro)/Pedro Ivo de Arruda Campos (39ª Cível Central)/Pedro Manoel Callado Moraes (Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Jales)/Robledo Matos Alves de Moraes (2ª Criminal de São José do Rio Preto)/Romeu Abílio (Vara da Infância e da Juventude do FR Santo Amaro)/Rosa Maria Silva de Moraes Travassos (6ª Cível de Ribeirão Preto)/Urbano Borges (6ª Cível Capital)/Valter Dikerts (3ª Cível de Piracicaba)/Vicente Benedito Battagello (5ª da Fazenda Pública Central)/Wagner Corrêa (3ª Cível Central).

Juízes falecidos: Edson Amado Beraquet (4ª Cível de Jundiá)/Fernando Luís de Castro (auxiliar da Capital)/José Durval Feltrin (5ª Cível de Ribeirão Preto)/Junio Luswarghi (Mirandópolis)/Wilson Gomes de Melo (11ª da Fazenda Pública Central).

Exonerado a pedido:

Marco Antonio Parisi Lauria (21ª Cível Central).

Fórum da Barra Funda colabora com reintegração social de presas



Entre a segunda quinzena de setembro de 2014 e o final de março deste ano, reeducandas que cumpriam pena no regime semiaberto do Centro de Progressão Penitenciária (CPP) Feminino do Butantã, trabalharam na pintura dos corredores dos três pavimentos do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães - Fórum Criminal da Barra Funda. O trabalho é resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), com autorização e apoio da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça.

A ideia partiu da juíza diretora do fórum, Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira, com base em dois projetos para reintegração de presos: o "Começar de Novo", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como objetivo a criação de oportunidades de trabalho e reeducação social e profissional, visando à redução das taxas de reincidência criminal; e o "Pintando uma Nova Vida", elaborado pelo juiz Valmir Maurici Júnior, atualmente na 2ª Vara Cível de Poá, que permite a reinserção social do detento e a remição de pena pelo trabalho. Quando da

criação do projeto, Maurici Júnior era diretor do fórum de Dracena, e por meio de uma parceria com a SAP e a prefeitura, os presos restauraram as áreas interna e externa do fórum da comarca.

No 'Fórum da Barra Funda', um grupo formado por dez reeducandas trabalhou das 6h30 às 10h30, de segunda a sexta-feira, durante os cinco meses e meio que durou o trabalho de pintura dos corredores. Ao todo, 20 reeducandas participaram do projeto, já que algumas progrediram de regime, passando para o regime aberto ou obtendo o livramento condicional



Corredor pintado pelas reeducandas

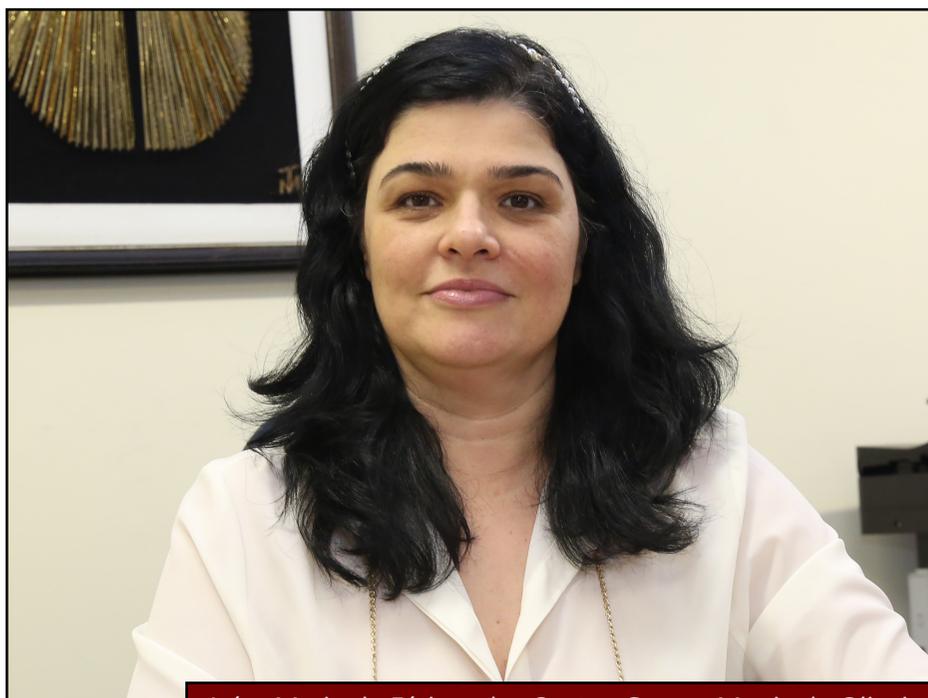
e, por isso, foram substituídas. Durante esse trabalho, faziam uso de tornozeleiras eletrônicas e eram acompanhadas por funcionários do fórum e da unidade prisional. A SAP ficou responsável pelo transporte e escolta das presas e o TJSP por fiscalizar e orientar a realização do trabalho.

Segundo a juíza diretora do fórum, a ação buscou dar oportunidade de ressocialização às reeducandas, por intermédio da remição de pena pelo trabalho. A ação, de caráter humanístico, permitiu que as presas selecionadas pela SAP tivessem a dignidade e a autoestima resgatadas, numa tentativa de diminuir as possibilidades de retorno à criminalidade. A magistrada destaca, também, a importância do apoio incondicional da juíza da 2ª Vara das Execuções Penais da Capital e corregedora dos presídios femininos da Capital, Nidea Rita Coltro Sorci, que autorizou a participação das reeducandas do CPP do Butantã.

A juíza Maria de Fátima faz questão de ressaltar que durante todo o período da atividade não foi registrado qualquer problema ou incidente que pudesse trazer qualquer transtorno nas atividades cotidianas do fórum. A magistrada

destaca, ainda, que mandou constar no prontuário de todas as reeducandas envolvidas no projeto os relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário de São Paulo.

Texto: Rômulo Pordeus
Fotos: Antonio Carreta



Juíza Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira

Unificação com Tribunais de Alçada completa 10 anos

**Na última década,
o Tribunal de Justiça de São Paulo
duplicou produtividade**

Há 10 anos, em uma quinta-feira, 3 de fevereiro de 2005, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) se tornou o maior do País – e talvez do planeta – com a posse dos 199 juízes dos Tribunais de Alçada no cargo de desembargador. O Estado contava com 1º e 2º Tribunais de Alçada Civil e o Tribunal de Alçada Criminal e, em razão da Emenda Constitucional nº 45, que unificou as Cortes, o TJSP passou a contar com 335 cargos de desembargador. Após a EC, foram criados mais 25 e hoje a instituição conta com 360 cadeiras.

Na época da posse, os magistrados puderam escolher a câmara que passariam a integrar, com preferência pelo critério de antiguidade. Nos casos em que

houve alteração de competência pelo magistrado, foi necessária nova distribuição.

Naquele ano – 2005 –, a produtividade do Tribunal atingiu 340.723 recursos julgados. Em dez anos de unificação o número cresceu gradativamente e mais do que dobrou. Em 2014, ano com maior volume de julgamentos, foram 723.134 mil recursos apreciados (*ver quadro na página 30*).

Um dos magistrados que assumiu o cargo em fevereiro de 2005, hoje é o presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco.



Na época, trabalhava como juiz do Tribunal de Alçada Criminal e vivenciou as mudanças do Poder Judiciário ao longo desta década. “Desde a unificação, a estrutura dos gabinetes melhorou bastante. Hoje o desembargador conta com uma equipe de quatro assistentes e dois escreventes para auxiliá-lo. Antes eram apenas três servidores. Mas



não poderia ser diferente, porque a distribuição de processos também cresceu. Na Seção Criminal, por exemplo, foram distribuídos pouco mais de 125 mil processos em 2005 e, no ano passado, o número ultrapassou os 196 mil”, conta Pinheiro Franco.

O aumento do número de feitos que chegam à Corte é uma realidade também nas demais

seções do TJSP. O ano de 2005 apresentou números fora dos padrões em razão das redistribuições necessárias pela unificação. No entanto, de 2006 até 2014, o volume só cresce, apenas com uma leve retração em 2010: o salto foi de 441.469 processos distribuídos em 2006 para 767.259 em 2014 (*ver quadro na página 30*).

Com tantas ações que chegam ao segundo grau, apesar do aumento da produtividade, o acervo do Tribunal cresceu. Segundo notícia publicada à época, com a unificação, o TJSP passaria a contar com 497 mil processos em acervo. Hoje, estão em andamento na Corte 694.855 feitos.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador



Fóruns João Mendes Júnior e Pátio do Colegiado sediaram os Tribunais de Alçada

José Renato Nalini, ressalta que a sociedade precisa repensar o modelo de Justiça. Destaca que, se o número de casos que chegam ao Judiciário continuar a crescer, serão necessários mais juízes, mais desembargadores e mais servidores. “Se essa opção for levada a sério, a sociedade pagará a conta. Daí a necessidade de repensar a cultura corporativa e o aprofundamento do diálogo”, diz Nalini, que estimula a utilização de métodos alternativos de solução de conflitos.

Nessa linha de atuação, o TJSP conta com um setor de conciliação em segundo grau, que promoveu nos últimos dez anos cerca de 10 mil acordos. Recentemente, o TJSP também lançou dois projetos que são políticas públicas para estabelecer uma nova forma de o TJSP se relacionar com as instituições: os programas “Empresa Amiga da Justiça” e “Município Amigo da Justiça”, instituídos pelas portarias nº 9.126 e nº 9.127, ambas de 2015.

A iniciativa tem por finalidade construir soluções conjuntas para o problema do excesso de litigiosidade. Empresas e municípios que aderem ao programa se

ANO	TOTAL
2005	877.733
2006	441.469
2007	495.110
2008	554.401
2009	619.243
2010	527.845
2011	565.364
2012	612.976
2013	629.875
2014	767.259

Do lado esquerdo, quadro com total de processos distribuídos em segunda instância, entre 2015 e 2014. Do lado direito, quadro com total de processos julgados no mesmo período (decisões colegiadas e monocráticas)

ANO	TOTAL
2005	340.723
2006	416.793
2007	440.597
2008	496.142
2009	536.365
2010	508.271
2011	626.564
2012	684.770
2013	705.575
2014	723.134

comprometem a reduzir o percentual de ações distribuídas e do estoque de processos na Justiça. Os participantes recebem um selo estilizado que pode ser usado em campanhas publicitárias, informes aos acionistas e publicações das empresas. No fim de cada ano é entregue, durante cerimônia pública, o “Prêmio Empresa Amiga da Justiça” para a companhia com melhor desempenho em cada setor de atividade. “O setor produtivo já

incorporou novos valores, como a responsabilidade ambiental e a proteção das crianças. Por que não instituir como novo valor corporativo a responsabilidade judicial, baseado na opção por não recorrer ao Judiciário? Que tal considerar o grau de responsabilidade judicial de uma empresa no cálculo de seu valor, inclusive no mercado de capitais?”, afirma o presidente Nalini.

**Texto: Cecília Abatti
Fotos: Antonio Carreta**

TJ lança projeto voltado para sustentabilidade

Doze fóruns participam de competição saudável que visa economia de recursos

Estimular o consumo consciente de recursos naturais e de bens públicos entre servidores e magistrados: esse é o principal objetivo do **TJ + Sustentável**, programa lançado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 7 de maio.

O projeto-piloto envolve uma competição saudável entre doze prédios do Judiciário (*veja lista no box desta matéria*) para reduzir o consumo de água, energia, telefonia e copos descartáveis. As unidades participantes recebem campanha que envolve distribuição de peças de comunicação, veiculação de dicas de economia, palestras de conscientização e um jogo virtual.

No game, cada prédio tem uma “árvore virtual”, que fica mais seca ou mais frondosa de acordo com os resultados de economia alcançados. Para definir a pontuação, foram calculadas médias de consumo baseadas no mesmo período do ano anterior. Ganha a pontuação máxima a unidade que atingir

as metas de redução de consumo estabelecidas pelo Comitê Gestor do projeto, formado por juízes e servidores da Presidência e secretarias do TJSP:

Água 6%; Energia 6%; Copos descartáveis 10%; Telefonia 7%.

O projeto-piloto vai até novembro deste ano e o prédio vencedor será anunciado em dezembro. A unidade será premiada com o “Selo Verde”. Além disso, entidade parceira doou cinco bicicletas que serão sorteadas entre os servidores do fórum.

O **TJ + Sustentável** é um programa desenvolvido pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e implantando no Tribunal de Justiça de São Paulo por meio de convênio firmado entre as duas Cortes, em dezembro de 2014. Está alinhado às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela economia de recursos em todos os tribunais brasileiros e à necessidade crescente de conscientização ambiental.

Prédios participantes:

Comarca da Capital (1ª RAJ)

- Fórum João Mendes Júnior
- Fórum Ministro Mário Guimarães
- Fórum Hely Lopes Meirelles

Comarca de Lins (2ª RAJ)

- Fórum Doutor Daniel Saraiva

Comarca de Jaú (3ª RAJ)

- Fórum Doutor Antonio Hermógenes Altenfelder Silva

Comarca de Rio Claro (4ª RAJ)

- Fórum Desembargador Paulo Colombo Pereira de Queiroz

Comarca de Presidente Prudente (5ª RAJ)

- Fórum Desembargador Francisco de Souza Nogueira

Comarca de Ribeirão Preto (6ª RAJ)

- Fórum João Alves Meira Junior

Comarca do Guarujá (7ª RAJ)

- Fórum Desembargador Mário de Almeida Pires

Comarca de São José do Rio Preto (8ª RAJ)

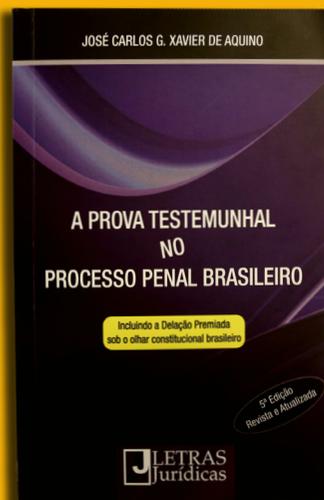
- Fórum Desembargador Dimas Rodrigues de Almeida

Comarca de São José dos Campos (9ª RAJ)

- Fórum Desembargador Joaquim Cândido de Azevedo Marques

Comarca de Capão Bonito (10ª RAJ)

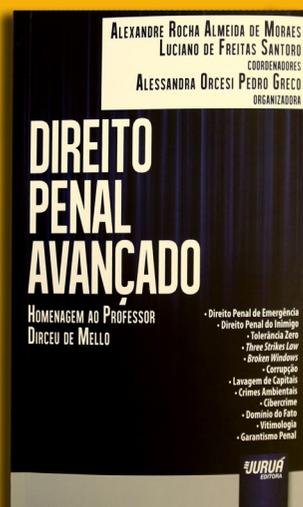
- Fórum Desembargador Benedicto Jorge Farah



A Prova Testemunhal no Processo Penal Brasileiro – incluindo a delação premiada sob o olhar constitucional brasileiro – 5ª edição revista e ampliada (Letras Jurídicas)

A obra, inteiramente reformulada, substancialmente aumentada, reveste-se de suma importância para os que gravitam na órbita do Direito Processual Penal. Segundo o autor, hoje, praticamente inexistente processo que não se utiliza da prova testemunhal como veículo para atestar os fatos que se investigam. Acredita o autor do prefácio, Rogério Lauria Tucci, que a obra orientará juízes, membros do Ministério Público e advogados na lida diária da prova testemunhal, em infindável número de processos penais, tanto em primeiro como em segundo ou superior grau de jurisdição.

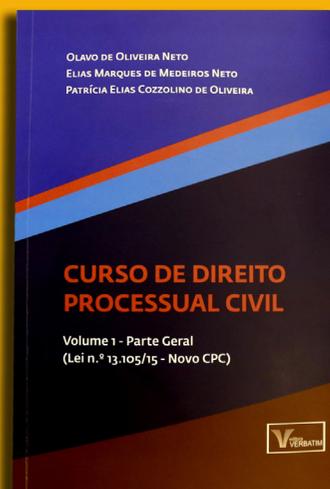
José Carlos G. Xavier de Aquino é desembargador do TJSP e preside a 1ª Câmara de Direito Público



Direito Penal Avançado – Homenagem ao Professor Dirceu de Mello (Juruá Editora)

A obra reúne artigos de autorias diversas sobre o Direito Penal, os quais tratam do direito penal de emergência, da busca da racionalidade nas leis penais brasileiras, vitimologia e vitimodogmática, tolerância zero, corrupção, diretrizes ambientais, políticas de repressão penal no ciberespaço, three strikes law, conceito de inimigo a partir dos mandados de criminalização, lavagem de capitais, aplicação do domínio da vontade, teoria das janelas quebradas x tolerância zero, entre outros. Mais que a reunião de temas de interesse, a obra foi concebida para homenagear Dirceu de Mello que, entre outras atividades, foi promotor de Justiça, professor e presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no biênio 1998/1999.

Alexandre Rocha Almeida de Moraes (promotor de Justiça, coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça Criminais do MPSP) e Luciano de Freitas Santoro (advogado) (coordenadores) – Alessandra Orcesi Pedro Greco (professora da PUC e da EPD) (organizadora)



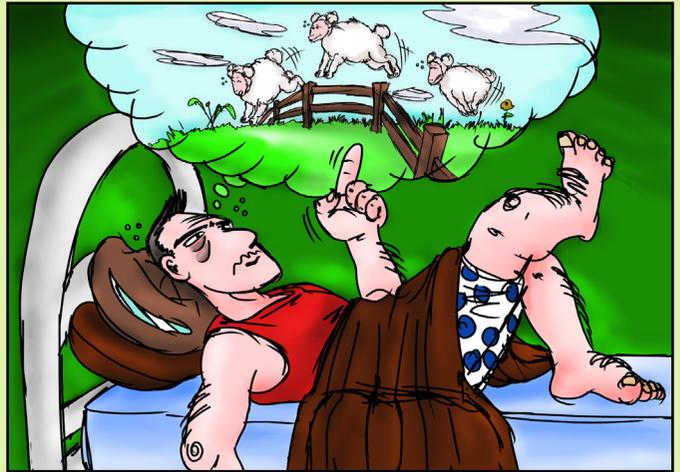
Curso de Direito Processual Civil – Volume 1 – Parte Geral (Lei nº 13.105/15 – Novo CPC) (Editora Verbatim)

O livro, elaborado, precipuamente, tendo em vista a estrutura do novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), foi lançado em 5 de maio justamente para coincidir com a entrada em vigor do novo CPC, mas sem olvidar que o período de vacatio legis se presta, dentro outras finalidades, ao conhecimento e estudo da nova legislação. Esse primeiro volume tem por conteúdo a Parte Geral do código, tratando dos institutos essenciais do direito processual civil. Virão, ainda, os segundo (processo de conhecimento) e terceiro volumes [processo de execução e os meios de impugnação das decisões judiciais – (recursos)].

Olavo de Oliveira Neto (juiz titular da 39ª Vara Cível – Central, atualmente é juiz assessor da Presidência da Seção de Direito Privado do TJSP), Elias Marques de Medeiros Neto (advogado e professor de Direito Processual Civil) e Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira (defensora pública do Estado de Mato Grosso do Sul e diretora da ESDP/MS)

Insônia

Mal aflige parte da população e pode trazer consequências que alteram substancialmente a qualidade de vida



O mais comum dos distúrbios do sono, a insônia se caracteriza pela dificuldade reiterada em iniciar e/ou manter o sono restaurador. Quanto à sua duração, a insônia é classificada como:

crônica – quando os sintomas persistem por um período superior a um mês;

aguda – se diretamente associada à presença de algum fator de estresse e não exceder o período de três meses.

Além disso, a insônia pode causar sensação de sono não reparador, com cansaço diurno.

A insônia tem muitas causas, tais como: problemas psiquiátricos (ansiedade, depressão), uso de bebida alcoólica etc.

São consequências da insônia em longo prazo: irritação, dificuldade para se concentrar ou de memória, sintomas de depressão, entre outras. A depressão leva à insônia em cerca de 80% dos casos.

A insônia, além de trazer sérios prejuízos à produtividade e às relações sociais, pode estar

relacionada ao desenvolvimento da obesidade, da hipertensão e do aumento do índice de acidentes.

Nos casos mais resistentes, a insônia deve ser investigada sobre possíveis causas físicas ou neuropsiquiátricas, sendo normalmente tratada com a utilização de medicamentos prescritos por médico e/ou através da psicoterapia.

Tratamento

De acordo com o site do “Instituto do Sono” (<http://www.sono.org.br>), “o tratamento da insônia se inicia após um diagnóstico correto, da identificação e abordagem da causa da insônia. De modo geral, a prescrição de medicamentos que ajudam a dormir e não provocam dependência química, associada

a medidas comportamentais e cognitivas, é a melhor forma de tratamento. Os médicos e profissionais da saúde, como psicólogos e assistentes sociais, podem ajudar as pessoas com insônia a reconhecerem os seus sintomas, os seus hábitos, por vezes inadequados e, por meio de aplicação de técnicas especializadas, podem proporcionar uma melhor qualidade de sono e de vida”.

Informações de autoria do cirurgião dentista Marcelo Angotti, coordenador de Promoção à Saúde da Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde da Secretaria da Área da Saúde (SAS), com base em estudos e práticas adotadas pelo Instituto do Sono, da Escola Paulista de Medicina da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo.

Importância do sono

O sono tem papel fundamental para a manutenção da saúde e do bem-estar. Nos adultos, além de reparador, o sono tem importante atuação no processo de aprendizagem e consolidação da memória. Nas crianças, o sono está envolvido em mecanismos de crescimento e desenvolvimento, tanto físico quanto mental. É aconselhável um sono de 7 a 8 horas, em média, por dia. Para manutenção de um “sono saudável”, o Instituto do Sono dá as seguintes dicas:

- Não fazer uso de álcool, café, determinados chás e refrigerantes próximo ao horário de dormir.
- Realizar atividades repousantes e relaxantes preparatórias para o sono.
- Jantar moderadamente em horário regular e adequado.
- Não levar problemas para a cama.
- Ser ativo física e mentalmente.
- Ir para a cama somente na hora dormir.
- Ter horários regulares para dormir e despertar.
- Se tiver dormido pouco nas noites anteriores, evite dormir de dia.
- Não fazer uso de medicamentos para dormir sem orientação médica.
- Ter ambiente adequado para dormir: limpo, escuro, sem ruídos e confortável.





70 anos de Nações Unidas

Em 26 de junho de 1945 foi assinada a Carta de São Francisco pelos 51 Estados Membros originais. O documento formou e estabeleceu a Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é a entidade máxima da discussão do direito internacional e fórum de relações e entendimentos supranacionais, fundada após o fim da Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de impedir ou intermediar conflitos entre seus países membros e estabelecer uma plataforma para diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias cujos objetivos são facilitar a cooperação em matéria de segurança e direito internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a concretização da paz mundial.

Os primeiros planos concretos

para uma nova organização mundial foram iniciados pelos Estados Unidos da América – EUA em 1939. A primeira vez que foi usado o termo “Nações Unidas” foi em 1º de janeiro de 1942 pelo primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, e pelo presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, em Washington, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, quando 26 governos assinaram a “Carta do Atlântico”, comprometendo-se a manter o esforço de guerra.

Em 25 de abril de 1945, iniciou em São Francisco, nos EUA, a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, reunindo 51 governos e várias organizações não governamentais envolvidas na elaboração de

um documento que estabelecesse tal organismo internacional.

Carta de São Francisco

A Carta de São Francisco, ou Carta das Nações Unidas, foi assinada em 26 de junho de 1945 pelos 51 Estados membros originais. A ONU entrou oficialmente em existência em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta de São Francisco pelos cinco membros permanentes do recém-formado Conselho de Segurança (França, República da China, União Soviética, Reino Unido e os Estados Unidos) e pela maioria dos outros 46 países signatários. As primeiras reuniões da Assembleia Geral tiveram lugar em Westminster Central Hall, em Londres, em janeiro de 1946.

Como Carta, trata-se de um acordo constitutivo, e todos os membros estão sujeitos aos seus artigos. Ademais, postula que as obrigações dos membros em relação à ONU prevalecem sobre quaisquer outras estabelecidas em tratados diversos. Seu principal propósito foi transferir o monopólio da força legítima de cada Estado para uma força mundial. Segundo a Carta, compete ao Conselho de Segurança prevenir ou fazer cessar as guerras, apesar de serem elas reconhecidas como um ato legítimo nas relações entre Estados. Entretanto, o documento não garante a nenhum Estado que a ONU virá necessariamente protegê-lo em caso de ataque. O compromisso é que, se um Estado for agredido por outro, o Conselho de Segurança irá deliberar sobre o conflito e, se houver acordo entre seus membros, alguma medida poderá ser tomada. Diante de uma guerra, cada um dos cinco membros permanentes pode vetar ou bloquear qualquer proposta de resolução referente a esse conflito. Contudo, a

Carta reconhece os limites da ONU no artigo 51, que estabelece que “nada, na presente Carta, prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas”.

Estrutura da ONU

Existem atualmente na organização 193 países-membros, ou seja, quase todos os Estados soberanos do mundo. A estrutura das Nações Unidas baseia-se em cinco principais órgãos: a Assembleia Geral (assembleia deliberativa principal), o Conselho de Segurança (trata de assuntos relativos à paz e segurança), o Conselho Econômico e Social (auxilia no desenvolvimento e na promoção da cooperação econômica e social internacional), o Secretariado (fornece estudos e informações para a organização) e a Corte Internacional de Justiça (órgão judicial principal).

Conta também com órgãos complementares como a Organização Mundial de Saúde

(OMS), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Quatro dos cinco órgãos principais estão localizados na sede principal das Nações Unidas em Nova Iorque, nos EUA. A Corte Internacional de Justiça está localizado em Haia, na Holanda. A ONU possui escritórios e agências especializadas ao redor do mundo.

A organização é financiada por contribuições voluntárias dos Estados-membros e utiliza seis línguas oficiais: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. Quase todas as reuniões e documentos oficiais, em suporte de papel e “on-line”, são traduzidos para estas línguas. A figura pública mais conhecida da ONU é o secretário-geral, cargo ocupado desde 2007 por Ban Ki-moon, diplomata sul coreano.

A política externa brasileira sempre buscou exercer maior presença e influência internacional na ONU. Além de ser o representante brasileiro (geralmente o presidente



Presidente Dilma Rousseff discursa na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2011

da República) que inicia os discursos anuais da Assembléia Geral, o Brasil tem intenção antiga de se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança.

Sede de Nova York

Em dezembro de 1945, o congresso dos EUA, por unanimidade, requisitou que a ONU estabelecesse sua sede naquele país. A ONU aceitou a sugestão e, após considerar alguns locais em Nova York, construiu a sede ao lado do East River, no setor leste de Manhattan, em um terreno adquirido por U\$ 8,5 milhões, doados por John D. Rockefeller Jr.

Em vez de anunciar um concurso para o projeto do complexo das Nações Unidas, a ONU preferiu montar uma equipe de arquitetos de diversos países para a composição do projeto. O arquiteto norte-americano Wallace Harrison foi o diretor de planejamento e os países-membros indicaram seus representantes.

A equipe de arquitetos foi formada por N.D. Bassov (União Soviética), Gaston Brunfaut (Bélgica), Ernest Cormier (Canadá), Le Corbusier (França/Suíça), Liang Ssu-cheng (China), Sven Markelius (Suécia), Oscar Niemeyer (Brasil), Howard Robertson (Reino Unido), G.A. Soilleux (Austrália) e Julio Villamajo (Uruguai).

O comitê apreciou 50 estudos diferentes antes de chegar a uma decisão. O projeto vencedor derivou de uma proposta de Niemeyer/Corbusier. A sede foi oficialmente aberta em janeiro de 1951, apesar de a construção não ter sido totalmente finalizada antes de 1952.

O Brasil marca outra presença na sede da ONU, além do projeto arquitetônico. Em 1950, o norueguês Trygve Lie, primeiro secretário geral, fez apelo a todos os países-membros que doassem uma obra de arte à nova sede da entidade. O governo brasileiro



Oscar Niemeyer em Nova York. Projeto do arquiteto venceu concurso internacional para a construção da sede da ONU

encomendou uma pintura a Candido Portinari. Em 1956, após quatro anos dedicados ao projeto, o artista finalizou os dois painéis de, aproximadamente, 14 x 10 metros cada um, intitulados "Guerra e Paz". A magnífica obra possui superfície de 280 metros quadrados, espaço maior do que

o "Juízo Final" de Michelangelo, na Capela Sistina, e embeleza o hall de entrada do salão da Assembléia Geral, espaço mais importante de toda a sede, desde 1957.

Texto: Dicler Antonio

Fotos: Internet

Fontes: Wikipedia e site www.guerraepaz.org.br



Painéis da obra "Guerra e Paz", do pintor brasileiro Candido Portinari, no hall de entrada do salão da Assembleia Geral

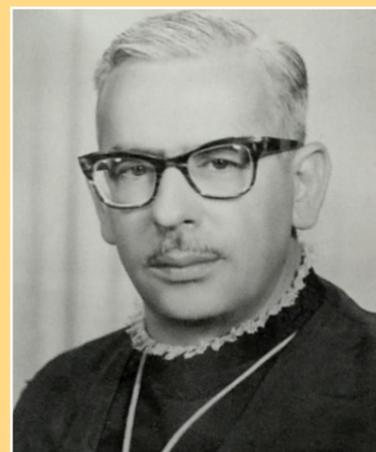
Quando se visita um prédio forense, passa despercebido quem foi aquela pessoa que teve seu nome escolhido para denominar a edificação. Que especial trajetória marcou a cidade a ponto de perpetuar-se na história local? Por essa razão, desde o ano passado, foi instituído o “Dia do Patrono” pela Presidência do TJSP, por meio da Portaria nº 9.023/14. Inserida na “Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, a iniciativa tem o objetivo de homenagear as personalidades que dão nome ao espaço predial forense, na data de seu nascimento. Confira alguns patronos homenageados

O Fórum da Comarca de Santa Rosa de Viterbo homenageou, no dia 19 de maio, o Dr. Hélio Ivo Angrisani Dória, um juiz que se despediu da Magistratura prematuramente aos 38 anos, mas deixou sua marca no Judiciário como insigne magistrado e jurista emérito. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1955, ingressou na Magistratura no ano seguinte, nomeado para a 13ª Seção Judiciária da sede de Rio Preto. Neste mesmo ano, a cidade de Santa Rosa de Viterbo foi privilegiada ao recebê-lo como seu primeiro juiz, atuando na comarca até 1961. Conquistou, em 1960, o primeiro lugar e o prêmio “Costa Manso”, em concurso promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, com a erudita tese “Ação e Jurisdição no Código de Processo Penal – Notas sobre duas inconstitucionalidades”. Em 1963, o Fórum da Comarca de Santa Rosa de Viterbo passou a denominar-se Fórum Dr. Hélio Dória.



No dia 15 de maio, a Comarca de Cruzeiro prestou homenagem a Synésio Passos, o baiano com uma trajetória enigmática, que fincou suas raízes nas terras cruzeirenses por mais de 40 anos. Natural de Jeremoabo, no sertão na Bahia, estudou por dois anos na cidade de Aracaju (SE), onde frequentou a Escola de Medicina e Farmácia. Em seguida, transferiu-se para Outro Preto (MG), concluindo esse curso. Era um homem eclético. Além da área de saúde, que era sua paixão, dedicou-se também ao jornalismo, à poesia e ao Direito. Em Cruzeiro, foi o nome mais notório na área das Ciências Jurídicas. Tanto que era um provisionado do Tribunal para advogar, exercendo a nobre profissão por muitos anos.

O Fórum de Aparecida comemorou no dia 4 de abril o Dia do Patrono Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, com apresentação emocionante da jovem Scarlet Melaine Gomes, deficiente visual, que tocou “Aquarela do Brasil” ao teclado e encantou o público. O homenageado é natural de Guaratinguetá, bacharel em Direito pela Universidade São Paulo, na turma de 1937. Em 1940 iniciou sua carreira como juiz na Comarca de Mogi-Mirim, passando por São Luiz do Paraitinga, São José do Rio Preto, Campinas, pela 10ª Vara Cível da Capital e pela Vara dos feitos da Fazenda Nacional. Foi juiz substituto da 2ª Instância e ascendeu ao Tribunal de Alçada, chegando à Presidência. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Faleceu em novembro de 1978.







Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Assessor da Presidência – Ricardo Felício Scaff
Juiz Assessor da Presidência – Antonio Carlos Alves Braga Júnior

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Liene Dias Vicente
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Dicler Rodrigues Antonio
Liene Dias Vicente
Marcelo Alexandre Barbosa
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Rômulo Saulo de Oliveira Pordeus
Rosangela Sanches

Fotografia

Antonio Carlos Carreta
Gedeão Dias da Silva

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio

Mario Cesar Silva

Revisão

Denis Cassettari

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Presidente

Desembargador José Renato Nalini

Vice-Presidente

Desembargador Eros Piceli

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Hamilton Elliot Akel

Decano

Desembargador Sérgio Jacintho Guerrieri Rezende

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Mair Anafe

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Seção Imagens (Antonio Carreta); matérias: *Escolas do Tribunal vão ao Interior* (www.rotainterior.com.br) e *70 anos de Nações Unidas* (www.radios.ebc.com.br, www.commonswikimedia.org e www.nacoesunidas.org); ilustrações: *Capa e matéria Seção Bem-estar* (Mário Cesar Silva)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPR 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3104-9255 e 3241-4007 – imprensatj@tjsp.jus.br